

Gallagher, Tom. (2021).
Salazar, O Ditador Que Se Recusa a Morrer. Lisboa:
Publicações Dom Quixote.

João Tavares

Professor de Ciência Política e Estudos Eleitorais
Universidade Lusofona – Centro Universitário do Porto

Mais de cinquenta anos após a sua morte, António de Oliveira Salazar continua a ser uma figura controversa e enigmática, cujo legado continua a provocar paixões e opiniões antagónicas. Alguns académicos consideram-no uma figura reaccionária e opressora que manteve Portugal atrasado e isolado do mundo, enquanto outros, por sua vez, elogiam a sua postura de estadista, a sua honestidade, o seu patriotismo, e a sua dedicação ao dever.

Diversos radicais contemporâneos da esquerda desconfiam do seu cetismo sobre o progresso social, enquanto, vários conservadores atribuem crédito em relação às suas advertências persistentes sobre as ameaças à civilização ocidental do materialismo descontrolado e de experimentação social sem fim.

O acidente que incapacitou Salazar pode ser considerado um anticlímax para um ditador, na lógica anglo-saxónica. Enquanto esteve no poder, Salazar sobreviveu, menos pela confiança na força bruta, e mais pelo recurso à astúcia e ao charme. Esta biografia da autoria do académico britânico Tom Gallagher¹ expõe os altos e baixos da governação salazarista, desde o resgate das finanças públicas portuguesas à manutenção de uma ditadura autoritária, desde neutralidade colaborante, durante os conflitos armados, até a adesão portuguesa à Organização do Tratado do Atlântico Norte e à Organização das Nações Unidas, ou na manutenção do legado colonial

¹ Para mais detalhes biográficos ver: <https://www.bradford.ac.uk/staff/tggallagher>

enquanto resiste aos ventos da mudança, no dizer de Harold Macmillan, que percorrem o mundo do pós-guerra.

Tom Gallagher, professor emérito de Política da Universidade de Bradford, oferece uma outra perspectiva, externa e distante, sobre um estadista complexo que merece ser mais conhecido e estudado.

Longe de ser um político defensor da democracia ocidental, Salazar era um ditador conservador, equilibrado no comportamento, que nunca foi afetado por um escândalo na vida privada, nem por incidentes melodramáticos durante uma liderança de quase 40 anos, 36 deles como chefe do governo.

António de Oliveira Salazar assumiu a liderança do governo português, em 1932, numa época em que o continente europeu se encontrava mergulhado numa vaga de regimes políticos marcados pelo autoritarismo e totalitarismo, em reação ao aparecimento da ameaça comunista no leste europeu despoletada pela Revolução Russa de 1917.

Salazar era considerado um ditador autocrata benevolente, em comparação com ditadores como Adolf Hitler, Benito Mussolini, Francisco Franco, Engelbert Dolfuss, Josef Estaline e Josip Broz Tito. Este é o retrato do ditador português apresentado por Tom Gallagher, em *Salazar, O Ditador Que Se Recusa a Morrer*. Uma biografia erudita de um homem culto que governou Portugal com mão de ferro até se tornar incapaz de governar, sendo um dos únicos dois ditadores europeus cujo fim não veio de uma revolta ou golpe de Estado. O outro ditador foi o general Francisco Franco, o seu homólogo espanhol, que liderou o Estado vizinho ibérico desde o fim da Guerra Civil de Espanha até 1975, a sua morte.

O general Francisco Franco acreditava que o único defeito de António de Oliveira Salazar era a sua modéstia, cujo traço, Tom Gallagher confirma na biografia, ao descrever o ditador português como um homem modesto e dedicado aos seus deveres e com uma aversão a exibições populares. Ao contrário do caudilho espanhol, que era um político de massas, Salazar era um estadista sóbrio, um político de gabinete.

Durante a sua juventude, Salazar chegou a frequentar o seminário católico, contudo, de acordo com Gallagher, a sua paixão pela política fazia

suscitar dúvidas sobre a sua capacidade de manter a humildade que a Igreja Católica Romana exigia ao clero. Abandonou o seminário e foi para a Universidade de Coimbra, instituição na qual chegou a lecionar.

Após a queda da Monarquia Constitucional em 1910, a Primeira República Portuguesa foi um regime político marcada pelo autoritarismo caótico dos republicanos cuja instabilidade contribuiu para a notável existência de 44 governos num espaço de 16 anos, sem esquecer a desastrosa participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, que contribuiu para a concretização do golpe de Estado, de 28 de maio de 1926. Quando assumiu os deveres de Ministro das Finanças, pela segunda vez, Salazar enfrentou a crise financeira, nos seus termos, e conseguiu impor controlo apertado sobre as contas públicas, cujo sucesso, lhe valeu os cognomes de “Ditador das Finanças” e de “Salvador da Pátria”, o que contribuiu para a elevação do seu prestígio de tal forma que permitiu à sua ascensão à chefia do governo da Ditadura Militar. O convite dos militares, representados pelo general Óscar Carmona, então Presidente da República, vai precipitar a implantação de um novo regime político, o Estado Novo, cuja arquitetura política e administrativa foi concebida, de acordo com o pensamento político de Salazar. A nova ordem constitucional chegou em 1933, por plebiscito. O seu compromisso com o saneamento das finanças públicas era de tal forma exemplar, de acordo com o autor, que António de Oliveira Salazar chegou a desligar o aquecimento do seu gabinete e a trabalhar de cobertor.

Ao contrário dos regimes totalitários de Adolf Hitler, de Benito Mussolini e da Rússia soviética, sob o jugo do Partido Comunista, mesmo dos regimes autoritários como o do general Francisco Franco, que alimentaram e lideraram os movimentos de massas em prol das suas intenções e agendas, Salazar, por sua vez, lutou contra esse mesmo tipo de mobilização de forças, optando pela despolitização da sociedade portuguesa, em detrimento da mobilização da mesma.

Na ausência de uma ideologia política, com um partido único de massas, Salazar preferiu anular quaisquer outros pensamentos, mesmo dentro do seu espectro político-ideológico, tornando assim o seu próprio pensamento político, na única fonte política-ideológica do novo regime político, no qual

se descreveu como um regime corporativista, onde o sistema político seria organizado em setores e corporativo, todos supervisionados pelo Estado.

Ao contrário dos outros regimes políticos, a União Nacional não operava como um partido político de massas, mas sim como uma associação política de apoio ao regime salazarista, na qual se agregava várias sensibilidades ideológicas e políticos da Direita portuguesa sob a superintendência do Estado português.

Apesar da existência da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa, estes organismos não eram parte integrante de um partido, em semelhança ao que aconteceu na Alemanha nazi, na Itália fascista, e na Rússia soviética entre outros casos, mas sim, organizações integradas no Estado português e tuteladas por este.

O aparelho de repressão do Estado português, herdado da Primeira República Portuguesa e da Ditadura Militar, era assente primariamente na existência de uma polícia secreta, primeiro como a PVDE², depois a PIDE³, sendo esta última, aquela designação que mais marcaria a polícia política, durante a governação de Salazar á frente dos destinos do país. Apesar da PIDE ser considerada uma polícia secreta eficiente na vigilância, na recolha das informações, na contrainteligência, e na repressão dos inimigos do Estado, todavia, dificilmente a polícia secreta portuguesa estaria no mesmo patamar sanguinário e totalitário que a Gestapo⁴ nazi, a OVRA⁵ italiana, ou mesmo a NKVD⁶ soviética.

Conforme demonstrado por Tom Gallagher, António de Oliveira Salazar estava consciente do papel de Portugal no sistema internacional, e da sua posição geopolítica, de acordo com a sua dimensão e localização territorial. A sua recusa em tomar partido na Segunda Guerra Mundial resultou do

2 Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

3 Polícia Internacional e de Defesa do Estado

4 *Geheime Staatspolizei*

5 *Organizzazione per la Vigilanza e la Repressione dell'Antifascismo*

6 *Naródnyy komissariát vnútrennikh dyél*

desejo de evitar que Portugal se fosse arrastado para outro conflito, tendo em consideração as consequências nefastas da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. A tudo isto acresce o receio da subordinação dos interesses portugueses aos interesses dos Estados que lideravam os dois blocos beligerantes, em semelhança ao que já acontecera no passado.

A postura portuguesa durante a Guerra Civil Espanhola e Segunda Guerra Mundial gracejou um prestígio internacional notável ao ditador português, o que contribuiu para assegurar a capacidade portuguesa na preservação dos seus territórios ultramarinos.

Embora o Império Colonial Português tenha encolhido substancialmente após a independência do Brasil, em 1822, António de Oliveira Salazar foi um guardião feroz do que restou dos territórios coloniais, pelos quais enfrentou os ventos da mudança, em 1961, procurando manter a soberania sobre os territórios ultramarinos africanos de Angola, Moçambique, Cabo Verde, e Guiné, assim como as possessões asiáticas, Macau, Timor e o Estado Português da Índia, sendo esta última invadida e anexada pela União Indiana. Inevitavelmente, o Portugal do Minho a Timor veio conhecer o seu fim, depois sua morte, por causa do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

O autor descreve Salazar como um homem vulgar, todavia, um ditador invulgar, numa obra biográfica anglo-saxónica, típica da academia britânica, que dificilmente pode competir com os trabalhos biográficos do embaixador Alberto Franco Nogueira, que foi seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou com a biografia política da autoria de Filipe Ribeiro de Meneses.

De acordo com Tom Gallagher (2021), Salazar não era um fascista, mas um ditador autoritário e conservador, que procurou preservar a identidade nacional portuguesa e não compartilhou das intenções megalómanas de Hitler ou Mussolini, e recusou o comunismo russo, assente no pensamento marxista-leninista.

Para o autor, considerando a herança do salazarismo, António de Oliveira Salazar pode ser considerado um estadista secundário de maior consequência que o século XX conheceu. Continua a ser uma figura que persiste, não só no imaginário coletivo português, como também se conserva como

RECENSÕES

uma figura polémica na História de Portugal cujo legado só com a distância do tempo será possível avaliar a justiça desta obra estrangeira.

Referências Bibliográficas

Gallagher, T. (2021). Salazar, *O Ditador Que Se Recusa a Morrer*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

University of Bradford. (s.d.). *Professor Thomas Gallagher, Emeritus Professor at the University of Bradford*. <https://www.bradford.ac.uk/staff/tggallagher/>